



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

**ANDARILHOS: NARRANDO HISTÓRIAS, APOIANDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Lucas de Souza Lopes
Diego Arthur Lima Pinheiro
Ana Lúcia Coelho Heckert

Resumo

Este trabalho visa compartilhar análises acerca da vida da população em situação de rua em Vitória (ES). Constata-se na região metropolitana de Vitória um cenário complexo que abrange práticas de segregação das pessoas em situação de rua e de higienização da cidade, violando o direito à proteção integral, conforme apregoa a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Destacamos os usos feitos da cidade, as práticas de violação de direitos humanos e o contato direto com a população de rua. Ressaltamos que um dos desafios apontados reside em como fortalecer lutas ou militâncias em um contexto de tamanha complexidade.

Palavras-chave: População em situação de rua. Políticas públicas. Participação.

**ANDARILHOS: TELLING STORIES, SUPPORTING PUBLIC POLICIES FOR HOMELESS
POPULATION**

Abstract

This paper aims to share reviews about the lives of the homeless population in Vitória (ES). Notes in the metropolitan region of Vitória a complex scenario encompassing practice of segregating people on the streets and sanitation of the city, violating the right to full protection as touts the National Social Assistance Policy (PNAS). Include the uses made of the city, the practices of violation of human rights and the direct relationship with homeless population. We emphasize that one of the challenges mentioned is how to strengthen or fights militancy in the context of such complexity.

Keywords: Homeless population. Public policies. Participation.

1. Introdução

Da População De Rua E A Constituição Da Cidade

A população em situação de rua, segundo uma terminologia mais atual (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004), se apresenta como um problema que historicamente tem feito parte da paisagem das cidades brasileiras, sendo que as formas de gerir diretamente esta problemática estão atreladas às políticas elaboradas para a organização do espaço urbano. O esvaziamento dos espaços públicos e a acelerada privatização dos espaços da cidade têm contribuído para intensificar processos de segregação e isolamento sociais. A cidade tem sido organizada de forma a impedir/reduzir as misturas e a circulação,

opondo casa e rua, público e privado, centro e periferia. Os mais pobres vêm sendo empurrados para espaços de moradia nas periferias urbanas ou ocupam as ruas da cidade e se constituem como uma ‘ameaça à segurança’, à ‘ordem da polis’ (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2013).

Em 2010 foi realizado o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2010), feito através da parceria entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Esta pesquisa visou a quantificação e caracterização sócio-econômica desta parcela da população para que estes dados subsidiassem a elaboração e implementação de políticas estatais voltadas a este grupo.

Este foi o primeiro censo realizado acerca da população em situação de rua no Brasil. Como a coleta de dados dos censos realizados no Brasil e em outros países tem como metodologia de contagem os domicílios, a população em situação de rua não é incluída nestes cadastros. A inexistência de dados acerca da população de rua coloca em análise o lugar destes sujeitos na polis e a relação que o Estado tem estabelecido, historicamente, com aqueles sujeitos considerados sem eira e nem beira.

A experiência da vida nas ruas ainda é pouco conhecida, ainda são reduzidos os estudos acerca deste tema. E isso tem interferido negativamente no que se refere ao modo como este grupo social é abordado pela sociedade, na formação dos profissionais que atuam nas políticas sociais, como também na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas a este segmento social. Ao mesmo tempo, tem recrudescido a violência contra este segmento social e a moralização de seus modos de vida.

Dessa forma, este projeto tem como proposta apoiar e fomentar de maneira crítica a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à população em situação de rua na região metropolitana de Vitória, cenário complexo que abrange também práticas de segregação e violação de direitos sociais e políticos de pessoas em situação de rua.

2. Desenvolvimento

Andarilhos: constituição do projeto e afirmação de suas apostas

Criado em 2011 a partir de demandas dos estudantes do curso de Psicologia da UFES, o Projeto de Extensão desenvolve atividades que propõem apoiar e fomentar políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Além disso, visa a acompanhar as relações entre essa população e os demais moradores da cidade de Vitória (ES).

Toda a ação do projeto se baseia nas vivências adquiridas na ida a rua e no diálogo com a própria população em situação de rua, entendendo suas demandas e construindo modos de vida dignos nesse espaço. Nosso grupo se divide em duplas ou trios e cobrimos diferentes pontos da cidade durante a semana. Procuramos conversar com os moradores que ali residem ou transitam e, mais que isso, entender o contexto que aquela pessoa está inserida. Para isso, conversamos com os comerciantes ou vendedores ambulantes que trabalham naquele espaço, com moradores ou qualquer um que aceite ceder um pouco de seu tempo para trocar histórias conosco. Procuramos construir laços com esses sujeitos, conhecê-los para entender o que aquela vivência pode nos dizer da situação de rua em Vitória. Às vezes presenciamos a intolerância de forma intensa, que fomenta práticas de violação de direitos sociais e políticos, como pedidos formais e informais de retirada da população moradora de rua dos logradouros públicos ou de patrimônios que foram ocupados e transformados em moradia por estarem ociosos na cidade. Os pedidos formais incluem: abaixo assinado, processos encaminhados ao Ministério Público, e-mails endereçados aos ouvidores municipais e solicitações ao 156 (serviço municipal de atendimento ao público). Os pedidos não formais implicam: instalações de câmeras filmadoras por parte de comerciantes, com deturpação das imagens editadas e enviadas para os jornais de maior circulação da cidade, ameaças verbais de incineração do povo da rua, destruição de seus pertences e documentos pessoais que são queimados ou jogados no lixo. Em contrapartida, também presenciamos relações de respeito entre esses diferentes grupos, como moradores de rua que trabalham juntos com comerciantes há diversos anos ou que mantêm convivem em harmonia com moradores do entorno onde costumam ficar.

A partir dessas vivências, produzimos relatos para compartilhar com o resto do grupo o que se deu naquele momento. Segundo entendemos, o que aglutina os elementos fundamentais deste projeto é a experiência narrativa da situação de rua como exercício de pensamento e capacidade de resistir. Em outras palavras, pensamento crítico-inventivo, pois capta e dá consistência não só aos modos de vida que se

produzem nas ruas, mas também ao funcionamento das redes coercitivas que se abatem sobre esse grupo populacional; redes conformadas por atos genocidas que retiram da vida seu caráter de experimentação e criação coletiva; que arrancam do ato de viver sua potência de luta política. Genocidas porque entendem a ética como questão de polícia, de extermínio e de faxina social (BAPTISTA, 1999a).

Para nós, assim como para Foucault (2009), o sentido de narrativa é específico, trata-se de uma experiência da qual se sai transformado. Neste sentido, estudar a vida que se produz nas ruas é uma tarefa desafiadora. Ao menos em dois sentidos esse desafio se faz sentir com mais intensidade. O primeiro, é que a produção de modos de vida nas ruas não é nada simples e óbvia. Uma diversidade de corpos é chamada a encarnar a complexidade e a heterogeneidade dessas relações, isto é, as maneiras, os jeitos e os trejeitos que a vida em situação de rua pode assumir. Diferentes redes de solidariedade, mas também diversas redes de intolerância e coerção podem ser encontradas nas ruas das cidades. Tal complexidade se impõe como um desvio para esta pesquisa ao tornar obsoletas as análises que se propõem sistematizantes, homogeneizantes e linearizantes. Desvio que nos leva imediatamente ao segundo desafio, isto é, o de pesquisar junto a grupos populacionais flutuantes, em constante movimento e, por vezes, muito fugazes. Essa intensidade desafiadora é sustentada pela noção de testemunho, que, diante do exposto, nos impele para uma experiência narrativa do problema em questão. Como dissemos antes, a narrativa está ligada ao transtorno, ao tornar transversal. De acordo com Blanchot (2005, p.11), a ação que ela presentifica é a de transitoriedade, isto é, a de efetuar-se como movimento de errância e passagem em todos os planos que ela atinge. Dito de outro modo, a narrativa envolve uma busca, um ir-e-vir eterno na procura pelo momento que precede a existência das coisas em suas configurações rotineiras, instante onde tudo está presente na iminência de acontecer, ainda por vir.

A experiência narrativa corresponde, portanto, ao movimento de *pesquisa* que, experimentando a região onde os acontecimentos estão presentes ainda por vir, designa este ponto como espaço a ser percorrido. A narrativa quer percorrer este espaço. O que a move é a transformação exigida por essa região. Transformação que, exercendo-se em todas as direções, decerto transforma profundamente aquele que escreve, mas transforma na mesma medida a própria narrativa e tudo o que nela está em jogo. Assim, o exercício narrativo proposto neste estudo visa acompanhar processualidades, mais do

que ancorar em regras estabelecidas de antemão e que tenham por pretensão apreender estruturas ou representar objetos preexistentes, desvelando a suposta natureza do que é pesquisado.

Narrar consiste, assim, em acompanhar processos de produção tornando-os sensíveis por meio da materialidade evocada pelas próprias palavras. Mais especificamente, narrar é situar-se na ponta dos acontecimentos que configuram situações de rua/subjetividades e, ao mesmo tempo, ostentar esse por vir, esse ainda não como marca da experiência narrativa. Assim vinculada a noção de por vir, narrar também é estar aberto a esse plano intensivo a fim de ser imediatamente convocado a uma prática crítica e política, concebida como análise da produção de subjetividade – produção de forças/formas de viver junto.

Desafio metodológico, ético e político a que somos convocados como ouvintes implicados nesse canto incessante do por vir. Nesse ir-e-vir eterno que, como diria Blanchot (2005), somos impelidos a “[...] ingressar em seu entendimento, manter-se na sua exigência, perder-se na sua melodia e, no entanto, sustentá-lo corretamente”.

Esta experiência de diálogo com a população em situação de rua tem provocado uma diversidade de questões que demanda a produção e sistematização de conhecimentos que nos permita compreender e analisar os modos de vida da população em situação de rua.

Pelas andanças na cidade e pelos inúmeros encontros experimentados junto à população em situação de rua, vimos a necessidade de mapear os equipamentos que de certa forma fazem parte da rede da vida que se tece na rua. Entendemos que ao nos lançarmos à experiência de acompanhar os processos que se passam na vida da população em situação de rua estamos fazendo uma cartografia. Para a cartografia não há separação entre sujeito e objeto, mas sim a experimentação do campo no contato direto com as pessoas e seu território existencial (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 56). O desafio da Cartografia, nesse sentido, se vincula ao que é trazido por Barros e Kastrup (2010):

A cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 57).

É na experiência do *fazer com* a população em situação de rua que tecemos e planejamos as ações que efetuamos. Mapear os equipamentos surgiu da necessidade de saber quais eram os serviços que se articulavam com os moradores em situação de rua. Inicialmente pensamos em mapear somente os equipamentos que se encontravam próximos à Praça Costa Pereira, no centro da cidade de Vitória, que é o território que passamos a habitar. Porém, a vida na rua tem as suas urgências e necessidades e, devido a tal, a população em situação de rua também faz uso de diversos outros espaços na cidade de Vitória. Ampliamos então os espaços a serem mapeados a partir da reflexão conjunta de que a construção da vida na rua tece muitas redes que, a priori, não pensaríamos em intervir. Foi somente a experiência de estar junto com a população em situação de rua que nos mostrou que existem outros lugares que compõem a vida na rua e que precisavam ser habitados por nós.

Alguns equipamentos que fazem parte dessa vasta rede que compõe o território de vida da população em situação de rua em Vitória foram mapeados e constantemente refazemos este mapeamento. A seguir citamos alguns equipamentos que a população em situação de rua acessa ou tenta acessar no cotidiano de suas vidas. EMEF EJA Admardo Serafim de Oliveira; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória (AMARIV); Núcleo Afro-Odomodê; Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua (Centro/Pop); Centro de Referência de Assistência Social de Vitória (CRAS/ Vitória); Unidade de Saúde do Parque Moscoso; Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT); Centro Integrado de Cidadania de Vitória (CIC), popularmente conhecido como "Casa do Cidadão; Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. O objetivo do mapeamento das redes de equipamentos vai para além de conhecer quais os serviços disponíveis voltados para a população em situação de rua. Visamos com isso intervir nas políticas públicas voltadas para essa população, a fim de estar junto na luta pela garantia de direitos e questionar o posicionamento político na construção das políticas públicas que são voltadas para os moradores que se encontram na rua. É interessante lembrar que o mapeamento não se restringe aos equipamentos públicos e privados, mas também aos locais utilizados pela população em situação de rua para qualquer atividade, como por exemplo, o banho e lavagem das roupas, eventos culturais, etc.

Por meio desse mapeamento das demandas e das redes tecidas pela população de rua em seus constantes deslocamentos pela região metropolitana, temos trabalhado na

construção de um plano de intervenção que potencialize ações de enfrentamento à violação do direito à proteção social para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2005) e a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008). No curso deste mapeamento, temos nos deparado com políticas fragmentadas nos equipamentos públicos acessados pela população de rua, ações do poder público que pouco dialogam entre si e com formas de gestão da vida deste segmento populacional permeadas por práticas moralizadoras de seus modos de existência, alimentadas em parte por um grande desconhecimento das táticas que esta população cria para viver nas ruas (KNUZ; HECKERT; CARVALHO, 2014). Quando olhamos para a produção acadêmica acerca da população em situação de rua, é possível observar que as publicações têm focalizado questões de ordem econômica e de fragilização de vínculos familiares, mas poucos são os estudos, como os de Kasper (2006) e de Lima (1998), que se dedicaram a uma atenção cuidadosa acerca da vida cotidiana deste grupo social, de seus saberes e práticas.

A população de rua é um grupo heterogêneo, constituído em sua maioria por negros e por sujeitos com reduzida vivência escolar. Seu cotidiano de vida é marcado por intensa mobilidade que se efetua ou em função das redes de solidariedade criadas nas ruas ou em função das ações de repressão e de violência das quais são alvos constantes. Estudos como os de Escorel (2000), Bessa (2009) e Rosa (1995), apontam que o quantitativo de pessoas em situação de rua tem aumentado nos últimos anos. Entretanto, tomando como exemplo o estado do Espírito Santo, poucos são os municípios da região metropolitana de Vitória que têm construído redes de políticas públicas para o atendimento das demandas deste grupo social. Neste sentido, o projeto tem se voltado ao fortalecimento de movimentos sociais atrelados à luta pela garantia de que as políticas já existentes – como a PNAS, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – sejam efetivadas em rede no atendimento das demandas específicas deste segmento populacional, suscitando ainda o debate para que outros direitos como projetos habitacionais, trabalho e renda, cultura, educação e direitos humanos sejam pautados e construídos.

Neste sentido, a atuação como apoiadores institucionais no fomento a políticas públicas abrange a mobilização de diversos movimentos sociais e outros atores da vida urbana, direta e/ou indiretamente vinculados à população em situação de rua, para a

constituição de espaços de debate acerca do cotidiano das ruas. A organização desses espaços tem contribuído para ampliar a conexão desses diversos atores entre si – dentre os quais destacamos profissionais da saúde e da assistência social que trabalhando diretamente com a população de rua na região metropolitana de Vitória, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua/ES (MNPR/ES), o Coletivo Fazendo Direito, o Ministério Público, estudantes e pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Movimento da Luta Antimanicomial/ES, o Fórum Metropolitano sobre Drogas, o Movimento Cidadão e a própria população de rua –, forjando-se também como espaço oportuno para deliberações no enfrentamento de violações de direitos políticos e sociais de pessoas em situação de rua. Impulsionado por essa potência conectiva das lutas, entendemos com Campos (2003) que o apoio institucional visa ampliar os graus de transversalidade dos movimentos, isto é, aumentar a capacidade de análise dos coletivos, ampliar os graus de autonomia e comunicação desses grupos e a transformação das práticas cristalizadas no que tange à situação de rua (GUATTARI, 1981).

Além disso, ressaltamos que o caráter crítico do apoio institucional reside principalmente no desafio de explicitar que a problemática da produção da vida nas ruas não pode ter como foco restrito o viés da garantia de direitos já constituídos, tampouco encerrar-se na luta pelo reconhecimento de outros. Consideramos de suma importância que as políticas públicas voltadas para este segmento populacional admitam, ao longo de sua elaboração e implementação, que os modos de vida que se produzem nas ruas comportem uma dimensão ética da existência. Em outras palavras, que a construção dessas políticas considere que a vida nas ruas admite processos que implicam a criação permanente de uma relação de si para consigo e de si para com os outros; processos nos quais as ruas figuram como espaço privilegiado na constituição de modos de existência (FOUCAULT, 2014b). Dessa maneira, a rua não aparece aqui como um mero logradouro, isto é, como um espaço urbano esvaziado de sentido, deixado ao tempo. Diferentemente, em seus usos e contra-usos, asseveramos que nela concorrem práticas capazes de produzir sentidos múltiplos, mobilizando a criação de diversas redes de solidariedade e/ou coerção entre a população de rua e os demais atores urbanos. Este projeto considera que o habitar na rua consiste em um modo de vida possível, não entendendo tal situação como mero resultado de um fracasso, em relação a uma vida

antes estabelecida dentro dos moldes usuais de moradia e trabalho. Como salienta Kasper (2006, p.8)

[...] a opção de entender a vida nas ruas em termos de tecnologia; segundo a ótica evolucionista que prevalece quando se trata de tecnologia, os moradores de rua representam apenas alguma volta no tempo: ‘no meu tempo, era burro que puxava carroça’, disse-me certa vez Ronaldo, morador da Ilha dos caixotes. Em compensação, se definimos a tecnologia como o conjunto dos meios, materiais e cognitivos, que tornam possível a persistência de uma determinada forma de vida, dispomos de um critério imanente para estudar a cultura material dos moradores de rua, sem remetê-la ao que ela não é. (KASPER, 2006, p. 8).

Quando as ações atribuem tais sentidos a certos espaços urbanos, e, como correlatos, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos, de conjuntos de ações –, ou seja, de táticas de vida –, os espaços urbanos e, mais especificamente as ruas, podem se constituir como espaços públicos, isto é, como espaços onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente (LEITE, 2002). Ao longo deste trabalho, o projeto também tem contribuído para a formação de estudantes e profissionais que atuam nos serviços direcionados à população de rua na região metropolitana. A vivência da extensão mostrou a potência de vida presente nesse espaço, apresentando pessoas que reinventam relações sociais com e na rua. Temos, aqui, o morador de rua com um corpo formado por esses encontros e possuidor de um fluxo de vitalidade, como esclarece Peter Pál Pelbart (2007, p. 63) “[...] o corpo se assume como um feixe de forças, ele desinveste os seus órgãos. É um corpo que pode ser como esvaziado, roubado de sua alma [...] para poder então ser atravessado pelos fluxos mais exuberantes de vida”.

Por meio das chamadas Rodas de Conversa, encontros mensais realizados na UFES que reúnem também pesquisadores e integrantes de movimentos sociais, temos colocado em análise a formação nas áreas de psicologia, serviço social e terapia ocupacional no tocante a atuação dessas disciplinas com relação à população de rua. Nesses encontros, a partir de determinadas questões disparadoras, tencionamos trabalhar no deslocamento das práticas que tradicionalmente caracterizam essas disciplinas por modos de intervenção no campo social baseados em noções tais como a separação entre público e privado; pelo detrimento do público com relação ao privado; saberes que se forjaram e contribuíram para a institucionalização de determinadas concepções de família, de vínculo e de trabalho, enclausurando tudo aquilo que escapasse a esses

modelos e lhes parecesse incorrigível (FOUCAULT, 2014a); saberes que se construíram em torno da casa e dos chamados bons costumes, da higiene, do silenciamento que se abateu sobre os corpos desde a modernidade, procurando apagar os rastros de seus cheiros, seus ruídos e seus desvios com relação às formas idealizadas de vida (CORBIN, 1987). Visamos nesses deslocamentos possibilitar a construção de práticas que afirmem formas de atuação distanciadas do adestramento, da domesticação, da docilização e da adequação de pessoas em situação de rua a essas imagens calcificadas dos modos de vida.

Asseveramos que novos dispositivos de controle desta população vêm sendo engendrados na atualidade. A assepsia das ruas, a criminalização dos modos de vida da população de rua, a tutela destes grupos, dentre outras práticas, conjuga ações de violência e ações que tem como foco a regulamentação dos modos de vida daqueles que vivem nas ruas, de forma que estas existências não interfiram e não desassosseguem o fluxo ininterrupto da cidade. Não se trata de apenas confinar a população de rua em espaços fechados, mas também, usando a prerrogativa da proteção dos direitos sociais, deixar morrer modos de vida incompatíveis com os valores morais estabelecidos. Diferentemente, este projeto considera que habitar na rua consiste em um modo de vida possível, não entendendo tal situação como mero resultado de um fracasso, em relação a uma vida antes estabelecida dentro dos moldes usuais de moradia e trabalho. Assim colocado, são centrais neste projeto as vivências adquiridas na ida a rua e no diálogo com a própria população em situação de rua, entendendo suas demandas e construindo modos de vida únicos nesse espaço. Esta experiência de diálogo com a população em situação de rua tem provocado uma diversidade de questões que demanda a produção e sistematização de conhecimentos que nos permita compreender e analisar os modos de vida da população em situação de rua. Nesse sentido, as Rodas de Conversa visam compartilhar o que a vivência do diálogo com moradores de rua evidenciou: a potência de vida presente nesse espaço, apresentando pessoas que reinventam relações sociais com e na rua.

3. Considerações Finais

A cidade de Vitória ainda apresenta uma grande complexidade com a população em situação de rua. Políticas Públicas que não compreendem o modo de vida diverso

desse segmento da sociedade e buscam subvertê-lo a concepções moralistas, dificuldade ao acesso de serviços básicos e estigma são visíveis.

É necessário que os setores que estão ligados a problemática da vida na rua tenham um espaço de debate, acompanhamento e avaliação das políticas públicas elaboradas pelas esferas estaduais e municipais de governo para atender às demandas da população em situação de rua. Por isso, pretendemos contribuir na reativação o Fórum Estadual em Defesa da População de Rua, junto ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/ES), convidando técnicos e gestores que atuam diretamente nos equipamentos públicos ou os que estão responsáveis pela implementação de suas políticas para discutir os panoramas da política atual.

Além disso, produzir novamente o Boletim “Tá na Rua”, um importante dispositivo de compartilhamento dos acontecimentos da vida nas ruas que foi realizado entre os anos de 2013 e 2014 retorna, para não apenas expor as demandas da população em situação de rua, mas também servir como instrumento de debate e conversa com os moradores da cidade e o poder público.

A experiência da vida em situação de rua é pouco conhecida, uma vez que são escassos os estudos acadêmicos acerca desse tema. Além disso, poucos são os municípios que têm construído redes de políticas públicas para o atendimento das demandas deste grupo social. Em geral, tais redes têm como foco restrito o viés da garantia de direitos já constituídos, sem considerar que o processo de habitar as ruas não se encerra no reconhecimento e garantia de direitos. Consideramos as lutas por garantia de direitos de extrema importância, contudo, o debate acerca da situação de rua precisa ser exercido também no terreno da ética. Isto é, considerar que a vida nas ruas pode admitir uma dimensão ética da existência. Habitar as ruas ao mesmo tempo em que faz das ruas espaço possível de moradia, envolve uma ética da existência que implica construção permanente de uma relação com si e com os outros, com as ruas e a cidade. No trabalho que efetuamos percebemos que a vida nas ruas é complexa e nenhuma análise linear consegue abarcar sua heterogeneidade.

4. Referências

BAPTISTA, Luís Antonio dos Santos. A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de facas. *In: A CIDADE dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999. p.45-49.

BESSA, Décio. **Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social**. 347 p. Tese (Doutorado em Linguística)–Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2009.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. **Política nacional de inclusão social da população em situação de rua**. 2008. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília (DF), 2005.

CAMPOS, G. W. de S. **Saúde paideia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CORBIN, A. **Sabores e odores: o olfato e o imaginário social no século XVIII e XIX**. Trad. Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p.139-171.

FOUCAULT, M. **A História da loucura na Idade Clássica**. Trad. José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos: ética, sexualidade e política**. Vol. 5. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Col. Ditos e Escritos).

GUATTARI, F. Transversalidade. In: **REVOLUÇÃO Molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KASPER, C. P. **Habitar a rua**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KNUZ, G. S.; HECKERT, A. L. C.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919-942, set./dez. 2014.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: nota sobre a construção dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

PINHEIRO, D. A. L.; *et al.*. Andarilhos: Construindo outros caminhos na cidade. *In*: CONGRESSO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 4., 2014. **Anais...** São Paulo, 2014.

PINHEIRO, D. A. L.; *et al.* Andarilhos na cidade: população em situação de rua e as políticas públicas. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2., ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória, Ufes, PPGPS, 2014.

PINHEIRO, D. A. L.; *et al.* **Habitar as ruas: dimensões éticas da existência.** *In*: CONGRESSO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 4., 2014. **Anais...** São Paulo, 2014.

VIEIRA, M. A.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs). **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec, 2004.

ROSA, Cleisa M.M. (Org.). **População de rua: Brasil e Canadá.** São Paulo: Hucitec, 1995.

PELBART, Peter Pál. “Biopolítica”. **Sala Preta**, n.7, p. 63, 2007.